

Os Professores e a Fabricação de Identidades

Martin Lawn

**Universidade de Birmingham
Birmingham, Reino Unido**

Resumo

Este texto representa um esforço teórico para lançar as bases de uma interrogação sistemática sobre "os professores". Um dos argumentos centrais do autor traduz-se na ideia que a gestão da identidade dos professores é crucial para a compreensão, quer de sistemas educativos democráticos, quer totalitários. O autor defende que as alterações na identidade são manobradas pelo Estado, através do discurso, traduzindo-se num método sofisticado de controlo e numa forma eficaz de gerir a mudança: pretende-se argumentar que ideias acerca da governação através do discurso, da construção de identidades oficiais e do policiamento das fronteiras da identidade (associando a identidade dos professores à identidade nacional e de trabalho) são úteis à compreensão de determinadas fases de desenvolvimento do ensino público e estatal, em qualquer nação.

Abstract

This article represents a theoretical effort to lay the basis for a systematic questioning about teachers. One of central arguments of the author is the idea that the management of teachers' identities is crucial to understand the educational systems, be they democratic or totalitarian. The author argues that the identity transformations are steered by the state through discourse; this is a sophisticated method of control and an efficient form of managing the transformation. The argument is that ideas about government through discourse, of official identity construction and surveillance of identity borders (associating teachers' identity with national and work identity) are useful to the understanding of specific development phases of state and public schooling in any nation.

Este texto poderia ter como subtítulo, *Produção de identidades para e pelos professores no ensino público*. Ele visa questionar um fenómeno particular, as alterações na identidade nacional dos professores, a partir da análise do caso inglês. Um dos argumentos centrais, aqui apresentados, traduz-se na ideia que a gestão da identidade dos professores é crucial para a compreensão, quer de sistemas educativos democráticos, quer totalitários. Por isso, apesar da discussão ser baseada na leitura sociohistórica de um caso específico, pretende-se que ela levante questões pertinentes para outros países. No entanto, convém salvaguardar que esta generalização será necessariamente limitada, uma vez que os argumentos resultam do estudo de um caso particular.

Neste texto defende-se que as alterações na identidade são manobradas pelo Estado, através do discurso, traduzindo-se num método sofisticado de controlo e numa forma eficaz de gerir a mudança. Pretende-se argumentar que ideias acerca da governação através do discurso, da construção de identidades oficiais e do policiamento das fronteiras da identidade (associando a identidade dos professores à identidade nacional e de trabalho) são úteis à compreensão de determinadas fases de desenvolvimento do ensino público e estatal, em qualquer nação. Embora este discurso possa ter sido assumido por professores, com diferentes sensibilidades acerca das possibilidades educativas, o papel do Estado, na criação de uma versão “utilizável” de um projecto educativo nacional, tem ficado aparentemente omissa, em Estados-nação que são agora influenciados por redes de privatização.

Os professores podem aparecer invisíveis em descrições dos sistemas educativos, ou surgirem apenas como “elementos neutros”, uma massa imutável e indiferenciada que permanece constante ao longo do tempo e do espaço. Esta descrição de senso comum dos professores pode tornar-se mais académica, especialmente quando se exprime noutros fenómenos educativos, como a avaliação, aprendizagem, conhecimentos específicos da disciplina, etc. Frequentemente, os professores agem como uma parte necessária de uma proposta educativa, embora surjam, nessa mesma proposta, como sombras, representantes ou sujeitos. Aparecem em destaque quando existe, de alguma forma, um pânico moral acerca da sociedade e das suas crianças; nesses momentos, os professores estão em primeiro plano, escrutinados e reprovados. É então que a sua identidade aparece como inadequada e é sujeita a alteração, abruptamente, por vezes, no sentido da modernização, sempre. A identidade dos professores tem constituído uma parte importante da gestão do sistema educativo, sendo um tópico constantemente presente nas descrições oficiais, nos artigos sobre a mudança na educação e nos relatórios ministeriais. A produção da identidade envolve o Estado, através dos seus regulamentos, serviços, encontros políticos, discursos públicos, programas de formação, intervenções nos media, etc. É uma componente essencial do sistema, fabricada para gerir problemas de ordem pública e de regulamentação.

A identidade é “produzida” através de um discurso que, simultaneamente, explica e constrói o sistema. A identidade do professor simboliza o sistema e a nação que o criou. Reflecte a “comunidade imaginada” da nação, em momentos em que esta é crucial para o estabelecimento ou reformulação dos seus objectivos económicos ou sociais, tal como se

encontram definidos pelo Estado. É produzida por uma razão que, no contexto inglês, dizia respeito aos problemas inerentes à gestão dos professores. A identidade deve ser gerida, por diversas razões:

- Primeiro, porque a identidade dos professores deve ajustar-se à imagem do próprio projecto educativo da nação (i.e. as mesmas imagens devem ser aplicáveis a ambos, professores e Estado); por exemplo, se o sistema está empenhado em produzir uma determinada moral individual, então a identidade do professor deve reflectir tal facto.
- Segundo, porque há poucas formas de, numa democracia, gerir eficazmente os professores, e a criação, através do discurso oficial, da identidade do professor é uma delas.
- Terceiro, a identidade dos professores é flexível, no interior de sistemas assentes em edifícios, exames e conhecimento universitário, podendo ser subtilmente manejada para enfatizar um aspecto, em vez de outro, dependendo das circunstâncias. A identidade do professor tem o potencial para não só reflectir ou simbolizar o sistema, como também para ser manipulada, no sentido de melhor arquitectar a mudança. A tentativa de alterar a identidade do professor é um sinal de pânico no controlo da educação, ou um sinal da sua reestruturação.

Trabalho e Identidade

Neste texto a identidade é abordada de um modo parcial, enquanto uma forma de moldar e gerir professores; mas não num sentido lato, como surge nos estudos culturais, onde é enfatizada a escolha e a diferença, sobretudo na promoção e aprovação das identidades oficiais, colectivas, sobre os professores. Tratar a identidade desta forma corre o risco de cair na armadilha de analisar as identidades retrospectivamente e de assim perder o dinamismo do conceito (Calhoun, 1994). Tentarei ultrapassar este aspecto, na parte das conclusões, abordando *hipermodernas identidades* dos professores. Tenho pesquisado a ideia de que o trabalho é socialmente construído, e tenho tentado tornar visíveis e explícitos os imperativos práticos e ideológicos da gestão em relação aos professores, pela atribuição de determinadas qualidades ao seu recrutamento. Recentemente, tenho começado a transferir a minha atenção para a ideia de que a identidade pode ser um aspecto chave da tecnologia do trabalho; aqui, debruçar-me-ei sobre a substituição da ideia de “qualidades” pela de “atitudes” no ensino. Na última parte, pretendo defender que a identidade pode ter mais influência na natureza do trabalho dos professores do que as novas tecnologias materiais, como o currículo nacional, design da escola ou organização das turmas. Pelo menos, existe esta possibilidade.

Fixar a identidade tem um tipo de intenção comum a qualquer reestruturação do trabalho de produção, nos contextos empresariais/comerciais, mas, devido à natureza do

processo produtivo das escolas (como, provavelmente, de outras formas de serviço público), a ênfase tem recaído na identidade colectiva do trabalhador. A identidade é importante devido à forma pela qual, no serviço público, o discurso de trabalho a molda. Fixar a identidade tem o poder de determinar o trabalho no sector público (escola de massas), trabalho este que se molda a si próprio, através do discurso. A tentativa de fixar (e/ou de corrigir) a identidade é empreendida por meio de noções essenciais sobre a identidade do trabalhador, apelos à função social, definição de papéis, etc. (Smith, 1991). Portanto, alterações no trabalho do professor podem ser caracterizados, quer como alterações fabricadas na sua identidade, quer como alterações técnicas nas competências de trabalho, nas tecnologias materiais e na gestão. De facto, é provável que as mudanças na representação do que é um professor, em diferentes períodos-chave deste século XX, revelem as alterações nas identidades estáveis, produzindo assim um sinal indubitável da reestruturação do trabalho.

As tentativas do Estado para criar novos tipos de professores para as novas orientações da política educativa, originadas em diferentes períodos deste século, têm sido as principais formas pelas quais a identidade do professor tem sido construída e mantida. O problema em decidir acerca dos objectivos e sistemas educativos nunca esteve afastado da construção de novas identidades do professor. Como “servos do Estado”, disseminando a sua política, os professores eram a linha da frente de um Estado eficaz. Um novo sistema de educação não poderia ser disseminado sem novas tecnologias, a mais importante das quais era o professor.

Assim, à medida que, neste século, o sistema da “escola de massas” se foi desenvolvendo e se tornou significativo, no âmbito do planeamento do Estado, a produção de uma identidade fidedigna do professor também se tornou relevante. Este facto constituiu um problema em vários aspectos: primeiro, para o seu sentido enquanto colectivo – os professores cresceram em número e, por vezes, encontram-se em grupos alargados; segundo, para o seu posicionamento social – os professores do Estado eram um grupo socialmente instável, com baixos rendimentos, mas com formação superior; terceiro, para os seus deveres e obrigações – os professores eram vistos como exemplos morais, quase missionários ou servos civis; finalmente, para o seu processo de trabalho – os professores tinham de ser regulamentados e eficientes. Por exemplo, nas primeiras décadas do século XX, em Inglaterra, a ideia em desenvolvimento do professor, o seu número crescente e, depois, as suas políticas, geraram vários pânicos acerca do perigo social que eles representavam, para a ordem natural das coisas. Seleccionar as pessoas para se tornarem professores, e controlá-las no seu trabalho, começou a ser visto como cada vez mais importante.

Identidades Oficiais

Em períodos-chave deste século, seguindo mudanças na política económica e social, tornou-se necessário criar novos professores para as “escolas reestruturadas”. Apesar de ter sido um acto contingente, relacionado com alterações na política, conceitos essenciais acerca da identidade dos professores – tais como mercado de trabalho, competências da força de trabalho, etc. – foram empregues no discurso da transformação. Este “essencialismo” procurou mesmo integrar conceitos baseados na classe social, então alargados ao género, etnicidade e idade. Este aspecto da *classe social* é interessante, na medida em que as elites governantes (em Inglaterra) tenderam a usar noções provenientes da imagem do professor de elite, trabalhando em grandes escolas privadas – um tipo muito particular de se ser inglês, de “inglesismo” – como modelos fidedignos para o professor da “escola de massas”. A crueza deste modelo essencialista do “professor ideal” não significa que ele não tenha nenhum valor. A identidade estava ligada ao projecto modernista do profissional responsável, uma massa tecnológica muitas vezes descrita através de qualidades pessoais. A ênfase nos sistemas educativos terá obscurecido estas ondas mais profundas do padrão discursivo.

A identidade também estava ligada ao projecto nacional e, tal como este, necessitava de criar uma “comunidade-para-nós-próprios”. Neste sentido, uma comunidade imaginada (Anderson, 1983) de professores foi inventada, recorrendo a um espectro de referências relativas ao tipo de professor que se ajustaria ao projecto nacional, as suas qualidades morais e sociais, as suas virtudes e capacidades. Estas imagens tinham de ser eficazes, tinham de ter alguma ressonância nos grupos de professores significativos, e de excluir outros grupos significativos dominantes. Eles deveriam preservar os monopólios de poder. A identidade dos professores tinha de incorporar sinais de inclusão (e sob que termos) e as marcas de exclusão (e porquê). A identidade nacional e a identidade de ensino estavam unidas neste processo, em meados do século XX, tal como estavam o profissionalismo e a pedagogia. Contrariamente aos professores em regimes autoritários, os professores ingleses eram responsáveis pelo seu ensino, bem como pelo conteúdo das matérias e pela pedagogia. A identidade foi construída “contra”, e não apenas “com”. Os professores foram moldados no interior e bloqueados a partir do exterior.

Ainda que seja possível distinguir, de tempos a tempos, diferenças, associadas a políticas, rupturas sociais e mudança sistémica, existe uma consistência acerca da imagem nacional oficial do professor, a qual emerge, circula e se mantém, ao longo de décadas-chave no século XX, em Inglaterra. A modernizante ênfase nos sistemas, nas regras e qualificações, enquanto forma de controlo, existe no antigo foco discursivo nas pessoas e comportamentos apropriados, no carácter, qualidades pessoais, experiências e idade. Estas não são qualidades aleatórias, escolhidas para preencher as exigências das circunstâncias, são sinais, ou códigos nacionais, usados para determinar a forma e as possibilidades da força

de ensino, numa comunidade de “inglesismo”, num Estado. Estas qualidades foram criadas para um determinado fim, e contra as alternativas; eram inglesas, não estrangeiras, eram morais, não impróprias, eram efeitos, não meros aparatos (Lawn & Grosvenor, 1999).

Em qualquer período, a fixação da identidade do professor, através do discurso, regulamentação e design, é uma forma fundamental de estruturação e reestruturação do trabalho.

Contradições no Discurso de Governação dos Professores

Esta é uma análise construída em torno do discurso de governação dos professores. Num projecto social-democrata, há uma expectativa concreta acerca do facto de se trabalhar *no e para o* Estado enquanto funcionários públicos e, ao mesmo tempo, há um modo específico de gestão destes mesmos funcionários. Isto implica alguns logros na acção política dos professores. Nas políticas quotidianas de ensino, o discurso é constantemente circular, sendo usado por todos, pelas suas diferentes possibilidades, propiciando que seja travada uma batalha subterrânea em torno dos procedimentos burocráticos complexos da social-democracia e do corporativismo. Com efeito, as políticas de ensino estão implicadas numa guerra de hierarquias, mantidas no seu lugar por um policiamento das fronteiras (no interior das quais os problemas são excluídos) e por um poderoso discurso de parceria.

Naturalmente, há um desfasamento entre o poder concreto dos professores, exercido nas escolas, e o poder que eles parecem manifestar na sociedade. Este mesmo sistema foi caracterizado pela sua burocracia, inflexibilidade e dogmatismo. Os professores tinham sido empregados em condições precárias, com salários estáveis e baixos.

Uma investigação recente, em escolas primárias, procedeu a um estudo de caso de uma escola dos anos 50-60, utilizando documentos oficiais e planos, os quais exploravam a sua aparente cumplicidade com a autoridade local de educação. O dever da escola, tal como parecia surgir, era o de trabalhar tranquilamente, enquanto esperava por instruções. Os professores tinham muita influência sobre o trabalho nas salas de aula (currículo, livros, estilo de ensino, organização dos alunos, etc.) e pouco poder sobre a organização da escola e sua política. O centro do trabalho no ensino primário surgia como local, limitado à sala de aula, parco de recursos, dependente da autoridade, pouco visível para o exterior, ainda que sob uma intensa vigilância interna. Os professores funcionavam com base numa escala salarial única, podendo ser destacados por outros, participando num sistema no qual o patriarcado e o paternalismo eram dominantes. A masculinidade, mais do que os esforços e valores revelados nas aulas, era o factor que melhor garantia as perspectivas de promoção. No entanto, estes mesmos professores existiam no contexto de um sistema escolar que, oficial e continuamente, os referia como associados da administração local e do Estado, os

consultava, através dos seus representantes eleitos, e os considerava como altamente qualificados e profissionalmente responsáveis. O professor era “oficialmente” alguém de confiança e, através dos seus representantes, participativo na organização, na definição das estratégias e desenvolvimento do ensino, nos planos local e nacional (Lawn, 1996). Os professores eram assim mencionados como autónomos, responsáveis e construtores do sociedade democrática do futuro.

Sendo circular, o discurso é também potencialmente manipulado, usurpado e silenciado. As suas fronteiras precisam de ser policiadas mas, mesmo assim, as suas ambiguidades e sofisticadas nuances, podem ainda ser invertidas. A linguagem do profissionalismo e responsabilidade, por exemplo, poderia ser utilizada, quer para justificar greves, quer para as atacar. A eficácia de um discurso oficial, utilizado para gerir os professores ou para promover mudanças estruturais, deve ser garantida através da sua constante reformulação. As suas fronteiras têm mesmo de ser policiadas.

Policiando a Fronteira

Um dos momentos em que o discurso oficial sobre a identidade do ensino é avaliada e redireccionada é quando existe pânico moral acerca das políticas dos professores, o que fazem e o que deixam de fazer na sala de aula e na sociedade,. A existência de professores que não se adequam às identidades oficiais causam pânico. Da mesma forma, as ideias que os professores têm, e as pessoas às quais se associam, também causam pânico.

A história do ensino em Inglaterra, anterior a 1920, sugere que o simples facto de os professores existirem enquanto “grupo numeroso” era suficiente para que fossem olhados com desconfiança pelos líderes políticos, não pelo que faziam, mas pelo que representavam. Historicamente, os professores eram vistos como um problema quando os guardiões do Estado sentiam que eles constituíam um grupo numeroso, um colectivo, fora do seu controlo e que se tornavam demasiado laicos (i.e. perturbadores da ordem natural, devido simplesmente à sua existência!), ou quando expressavam, ainda que discretamente, opiniões acerca do seu trabalho de um modo que os seus empregadores consideravam provocador. Se a linguagem surgisse, de alguma forma, associada a um emergente movimento trabalhista, então o pânico e a análise crítica aumentavam. Geralmente, o que parecia de facto contar era a natureza simbólica das suas acções, não a realidade da acção, por si só. Era apenas o que os professores pareciam estar a fazer!

A identidade é construída, quer contra, quer a favor de algo. Até agora, eu tenho vindo a discutir para que servia e os problemas relacionados com a sua manutenção, mas existe ainda a questão das oposições e tensões, contra as quais a identidade nacional é formada. Uma origem alternativa da produção da identidade de ensino é o envolvimento dos professores em movimentos sociais. Ao longo do século XX, os professores foram importantes, local e nacionalmente, como membros de referência de uma comunidade e/ou

como trabalhadores num serviço público essencial, funcionando quer como audiência (potencial suporte para), quer como membros (parte) de um novo grupo que tenta ganhar poder. Nas suas preferências políticas e práticas educativas, eles podiam estar divididos social ou politicamente, e/ou por género sexual, raça ou sector educativo (básico ou secundário), mas estavam politicamente envolvidos, eram actores. Este era o factor em causa no problema da manutenção das fronteiras (manter os professores sob controlo, através do discurso), sendo também uma explicação para as linguagens e imagens alternativas que circulavam nas versões deste discurso.

Resumidamente, em Inglaterra, tem havido, historicamente, pelo menos dois exemplos de conexão entre professores e movimentos sociais. Um exemplo desta conexão é a relação entre os professores e o movimento trabalhista, no início do século XX. O florescimento inicial do Partido Trabalhista atraiu professores, como eleitores ou como membros, em parte porque este partido lhes oferecia um novo profissionalismo, um papel na elaboração das políticas e melhor salário. Os professores podem ainda ser utilizados por grupos que visam deter hegemonia. Um envolvimento desproporcionado por parte dos educadores, no interior do Partido Trabalhista, tem sido característico desde 1950. Uma outra ligação que se pode observar é entre as professoras e a primeira onda feminista (e posteriores campanhas feministas, etc.). Pelo menos uma geração de professoras, no início dos anos 20, era sindicalizada, através do sindicato feminista de professores ou de alguma ala significativa de um sindicato principal:

A sua identidade como feministas era esquecida através da adesão a uma grande causa política, da qual cada indivíduo era uma parte. Este conceito de identidade feminista também as ajudou a dar sentido ao seu papel como educadoras, quer no interior, quer no exterior da sala de aula (Kean, 1990).

Assim, a relação entre professores e movimentos sociais alargados é complexa, sugerindo uma reciprocidade, que será possivelmente mais interessante do que alianças organizadas, entre política, movimentos sociais e trabalho dos professores. Tem sido sugerido que o crescimento desta classe de serviço público, no século XX, está ligada ao florescimento de novas organizações políticas e à reestruturação das antigas relações de classe. Uma parte deste argumento, que pode clarificar o papel político dos professores, sugere que os funcionários públicos “facilitam a emergência de novos movimentos sociais através da aplicação das suas competências como produtores e organizadores de conhecimento” (Bagguley, 1992). O mesmo autor sugere que esta classe tem duas áreas de prática política: a primeira é uma forma de sindicalismo profissional, muitas vezes envolvendo o Estado como empregador; a segunda reside na sociedade civil, localmente considerada, onde eles actuam como um recurso para os movimentos sociais, conservadores ou progressistas.

Embora as crenças políticas e sociais de alguns professores fossem consideradas uma razão suficiente para não os empregar, e estes professores fossem uma minoria numérica, a sua presença causava motivo de ofensa para a elite governante (Lawn, 1987). A resposta moderna, através de um controlo indirecto e ênfase no profissionalismo, assunto que retomarei posteriormente, foi uma forma sofisticada de gerir o perigo social que esta força de trabalho do ensino constituía. Para gerir a colectividade de professores apolíticos, neste espaço de uma limitada independência, foi necessário policiar as fronteiras do seu trabalho. No entanto, nesta operação, a acção foi exercida contra indivíduos e estrondosamente publicitada para “encorajar os outros!” Geralmente, este policiamento era operado através de expulsões e proscricções, bem como de campanhas locais contra professores individuais e sindicatos. Ao mesmo tempo, a imprensa local e nacional perseguia professores individuais, enquanto eram feitas declarações acerca do profissionalismo em conferências ou encontros públicos, promovidos pelos ministros, para isolar, dos restantes, os radicais, os livres pensadores. Os professores, nos anos 20, foram esvaziados das suas crenças políticas o que, num período em que se registava desemprego, terá sido eficaz para reduzir a ideia de professores políticos a uma questão de crença privada. Nos anos 40 e início dos 50 houve uma expulsão por causa da filiação de professores no Partido Comunista, em zonas de Londres em que o Partido nunca tinha sido ilegal, estando mesmo representado no Parlamento. Em décadas mais recentes, foi a pertença a sindicatos que foi vista como um sinal de forças externas, em termos simbólicos e práticos, interferindo nas naturais relações entre empregador e empregado. O delegado, ou o advogado do sindicato, ao aparecer para ajudar membros numa dada controvérsia, era sempre o arauto de um tumulto, elaborado em torno da ideia de “os nossos professores e os agitadores de fora”. Eles eram vistos como representantes de uma força do exterior que tentava destruir a harmonia das relações de trabalho locais (Ozga, 1987), que tentava “virar o mundo de cabeça para baixo”. O envolvimento em políticas sexuais tem funcionado como um sinal mais recente da manutenção das fronteiras no trabalho. Isto sugere que um mundo “natural” é posto em causa quando os professores são encarados como ameaçadores do *status quo* local; política e trabalho surgem facilmente associados, neste símbolo de perturbação.

Casos

Tem havido diversas vagas de formação de identidade instituídas e sustentadas em diferentes tempos por empregadores, ministros do governo central ou local, professores, aliados de movimentos sociais, etc. Pretendo aqui analisar estas diferentes vagas de formação de identidade, começando por abordar resumidamente duas delas: o profissional colonizado e o profissional moderno.

O Profissional Colonizado

No início dos anos 20, emergiu uma nova identidade de professor, conduzida por uma série de problemas daquela época; a necessidade de modernizar a administração educativa, de reestruturar o apoio à escolarização e de lidar com o problema do professor enquanto perigo social, envolvido na política trabalhista. Como o tecido social de Inglaterra estava sob uma enorme pressão, o novo discurso oficial foi produzido, de forma aberta e consistente, num período de conflito, tendo resolvido vários problemas ao mesmo tempo. O novo modelo de administração foi importado do Ministério Colonial, um dos mais poderosos ministérios do Estado naquela época, tendo sido utilizado o método de controlo colonial dominante. Recorrendo à ideia crucial da “regra indirecta”, o emblemático modelo de governação colonial inglesa, os professores foram tratados como colonizados, sendo-lhes concedida uma “moderada independência”, e geridos através de um sistema de controlos financeiros, poder limitado e de um discurso que sublinhava as ideias de responsabilidade, actividade apolítica e auto-disciplina. Esta gestão da formação da identidade foi sofisticada, removeu pontos nodais de conflito e substituiu o discurso do profissionalismo por outro mais antigo, o dos servos locais. As imagens usadas pela elite governante de professores foram baseadas numa versão idealizada da elite, masculina, de professor da escola privada; com influência social, mas socialmente neutro, o seu dever, fundado na mudança, acção e valores competitivos, era para com o Estado, não para com pertenças a movimentos sociais (Lawn & Grace, 1987).

Esta nova identidade penetrou nos programas de formação, na nova imprensa popular sobre educação, nas declarações e publicações ministeriais e, ainda, nos discursos sobre práticas de trabalho. Entrar nesta nova identidade profissional constituía um acontecimento, singular e simbólico, que se consumava com a fase final da formação. Neste período, os indicadores de sucesso da “escola de massas” deveriam incluir a ausência de greves de professores, reuniões de consulta, indicação de discreta liderança sindical e professores moderados eleitos para o Parlamento. A manutenção das fronteiras foi conseguida através de uma intervenção discursiva continuada (acerca da responsabilidade profissional, etc.), do isolamento de radicalismos, a partir de julgamentos públicos, e do desenvolvimento de uma “esfera pública neutral” da educação.

O Profissional Moderno

Nos anos 40 e 50, uma nova identidade pós-guerra foi construída sobre o anterior modelo de identidade do professor. As circunstâncias históricas diferentes produziram um projecto nacional, uma nova versão da “comunidade imaginada” e uma modernização e reconstrução do projecto educativo. A necessidade de gerir os professores de forma diferente não afectou o modelo fundamental, produzido nos anos 20, mas a imagem e a identidade do professor mudaram. Os professores tinham sido elogiados por terem, durante o período da

guerra, alargado o seu papel para a promoção do bem-estar social, e o Estado do pós-guerra, usando a educação como um bem público num novo estado de bem-estar, produziu um modelo de parceria, profissionalismo e de devolução democrática.

Neste modelo, a identidade do professor foi alterada. A nova identidade colectiva tinha como suporte um objectivo comum, uma cultura de trabalho comum e uma emergente, e atingível, sociedade igualitária. Este poderoso discurso da responsabilidade profissional estava ainda dependente das descrições das qualidades do professor, mas estas também foram modificadas. Uma vez que o bem-estar social tinha emergido como característica significativa do sistema nacional, o “elevado carácter social” do ensino foi promovido. Novas qualidades essenciais, como a maturidade, entusiasmo, experiências e personalidade, ajustadas aos novos tipos de escolas, surgiram como componentes-chave da identidade. Esta identidade também mudou quanto ao género – do anterior ideal da elite de professor, no masculino, para a mulher madura, reflectindo o papel pastoral e de bem-estar do ensino, no novo sistema.

Este discurso oficial acerca da responsabilidade profissional revestiu-se de silêncio relativamente ao trabalho dos professores, o qual só começou a ser quebrado nos anos 60, quando um novo ponto de viragem na identidade sucedeu ao escândalo, crise económica nacional e conflito político acerca do sistema de educação. A manutenção das fronteiras foi gerida através de constantes referências públicas ao sistema nacional e suas características, a principal das quais era a sua diferença em relação aos vizinhos europeus, por ser um sistema de responsabilidade partilhada, onde os professores eram profissionais. O silêncio acerca do trabalho concreto dos professores, em fracas e difíceis condições, parecia então ser intencional. O discurso da identidade silenciara o concreto e real, revelando, ao mesmo tempo, a intenção de fornecer uma explicação para esse concreto e real.

O Novo Problema da Identidade

Estando o edifício do Estado-nação a mudar as suas ideias (Pusey, 1987), a gestão da identidade do professor, quer para o controlo, quer para a mudança (pela inserção tecnológica) tornou-se a nova crise. Parecem ser mudanças significativas as que surgem no modelo corrente. Pelos anos 80, a identidade do professor estava tranquilamente limitada pelas paredes da sala de aula. A ideia do professor tinha sido extorquida do seu carácter de reconstrução social e dos elementos que apelavam ao facto de serem profissionais responsáveis. Hoje em dia, a sua eficácia é julgada em função da sua capacidade para se manter no interior das simbólicas paredes da sala de aula e de não se comprometer com valores do mundo alargado. A nova identidade é confirmada como sendo baseada na sala de aula, mas também na escola, reflectindo o modo como estas se tornaram os elementos fundamentais da reestruturação de um modelo educativo descentralizado. O professor é

agora um trabalhador da escola, com deveres para além da sala de aula, sobre os quais serão inspeccionados. A linguagem do partenariado nacional e responsabilidade profissional desapareceram. Até mesmo a velha ideia das qualidades desapareceu.

A velocidade, complexidade e flexibilidade do trabalho nas escolas requer uma nova tecnologia. Um leque de identidades de professor, relacionadas com os novos papéis e tarefas e diferenciação do trabalho na escola, está a emergir. O ensino é agora a chave para novas formas de aprendizagem; para o incremento dos standards e nível de sucesso dos alunos; para o aumento da receptividade por parte dos alunos; para os novos e flexíveis procedimentos de trabalho; para a nova atenção aos problemas da formação e do desenvolvimento profissional. Na medida em que se torna mais complexo e útil para o modelo competitivo de uma economia altamente exigente, então terá de ser verificado, julgado e avaliado mais frequentemente. Da mesma forma que a diversidade de modelos de escolarização, reflectindo o poder do mercado, está na ordem do dia, também existem modelos diferenciados do professor. Novos níveis de ensino e sua gestão estão a emergir na política do governo. No final dos anos 90, o novo “professor profissional” inglês deve ter as seguintes competências, tal como exemplificado no discurso oficial presente no *Livro Verde* sobre educação:

- Esperar sucesso, por parte dos alunos;
- Assumir responsabilidade pessoal pelo seu próprio desenvolvimento no trabalho e avaliar a sua própria prática (em comparação com os outros);
- Trabalhar sob forte liderança;
- Estabelecer redes com outros professores e trabalhar com os pais e empresas.

Em troca do exercício destas competências, receberão um melhor salário e uma melhor estruturação da carreira, desde que se submetam a uma avaliação regular do seu desempenho e sejam devidamente apreciados. Por outro lado, estas novas competências criam uma cultura de excelência e de aperfeiçoamento do ensino. As novas políticas educativas requerem novos tipos de professores, com novas competências. Para tornar possível a gestão do seu trabalho, os professores serão regulados no contexto de um discurso que acentua a ideia do desempenho, individualização e liderança. A nova identidade do professor (mais precisamente, identidades) é montada a partir destes requisitos.

Para atingir estas finalidades, uma nova identidade genérica está a ser construída em torno da ideia de atitudes. Sem a atitude correcta não pode existir o efeito correcto. A substituição do conceito de qualidades, no anterior critério, pelo de atitude constitui uma alteração significativa. Hoje em dia, o professor tem de ter as atitudes adequadas, que são então traduzidas por competências. Por exemplo, tem de ser capaz de trabalhar em equipa, de estar motivado e de ser responsável. Um discurso baseado nas competências disfarça a “obrigatoriedade” do professor ter práticas consonantes com a identidade; entusiasmo,

trabalho em equipa, colegialidade são requisitos da identidade que devem ser mostrados e monitorizados, no âmbito de uma “nova sociabilidade do local de trabalho empresarial” (Casey, 1995). A nova sociabilidade é representada num discurso do aperfeiçoamento individual no ensino e do desenvolvimento global da política e gestão da escola (orçamentos, política, pessoal). Na nova identidade, os professores são sociais, no contexto da escola, e isto é um novo requisito, não é apenas uma ideologia nacional. Uma nova identidade, baseada em atitudes para um trabalho significativamente redefinido, acaba de ser criada. O projecto nacional não faz referências à comunidade nacional, em vez disso são enfatizados os objectivos organizacionais. A obrigação do professor é a de produzir o melhor sistema educativo do mundo.

As fronteiras são continuamente mantidas através da poderosa e consistente campanha pela modernização de Inglaterra, através de inspecção, avaliação e recompensa. A escola é o novo lugar para a fabricação da identidade (substituindo o antigo discurso nacional). Casey (1995) argumenta que, através das “práticas de trabalho materiais e discursivas”, novas versões do trabalhador são criadas. A nova identidade do professor é continuamente monitorizada, apresentada e mantida, nas novas arenas públicas do trabalho na escola básica – a cultura dos novos encontros e da rede.

Conclusão

Se o edifício do Estado-nação está a ser suplantado por forças globais, que estão a ser incorporadas nos sistemas educativos, através do mercado da oferta e de um modelo de consumo, então o valor das identidades nacionais dos professores é reduzido. Ao mesmo tempo, o método de produção destas identidades transferiu-se do nível nacional (dos discursos oficiais) para o nível organizacional da escola (dos discursos de trabalho fabricados). O novo aspecto da identidade, promovido através do novo discurso de trabalho da escola e do discurso nacional da competição, é o de que os professores têm de ser disciplinados, obedientes, motivados, responsáveis e sociais. Coincidentemente, este é o novo aspecto do trabalho importado das práticas empresariais e das companhias privadas, para as escolas inglesas. O atributo principal deste modelo é o desempenho e a recompensa, substituindo as ideias de serviço nacional, num projecto do Estado.

Como consequência destes desenvolvimentos, o professor está aberto a novas formas de elaboração da identidade e estão a ser produzidos modelos competitivos e diferenciados da identidade do professor. Identidades como os “caçadores” de bolsas, os especialistas em escolas com insucesso, os empreendedores, os peritos comunitários estão a ser produzidas porque são eficazes para a obtenção de recompensas. A “massa” de professores, num sistema de “massas”, é agora distinguida pela sua aquisição gradual do modelo empresarial dominante. Hoje, os professores transformaram-se numa “massa” de empregados de

organizações pseudo-privadas, homogeneizadas por este processo, ao mesmo tempo que, pela competição entre elas, se diferenciam. Esta é a nova identidade oficial do professor.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict (1983). *Imagined Communities*. London: Verso.
- BAGGULEY, P. (1992). "Social Change, the Middle Class and the Emergence of New Social Movements: A Critical Analysis". *Sociological Review*, pp. 26-48.
- CALHOUN, Craig, ed. (1994). *Social Theory and the Politics of Identity*. Oxford: Blackwells.
- CASEY, C. (1995). *Work, Self and Society*. London: Routledge.
- KEAN, H. (1990). *Deeds Not Words*. London: Pluto Press.
- LAWN, Martin (1987). *Servants of the State*. London: Falmer Press.
- LAWN, Martin (1996). *Modern Times? Work, Professionalism and Citizenship in Teaching*. London: Falmer Press.
- LAWN, Martin & GRACE, G. (1987). *Teachers: The Culture and Politics of Work*. London: Falmer Press.
- LAWN, Martin & GROSVENOR, Ian (1999). *This is who we are and this is what we do: teacher identity and national identity in the mid 20th century english educational discourse*. Paper presented at the ISCHE Conference, Sydney, Australia.
- OZGA, Jenny (1987). "Part of the Union: Local activists and their work". In *Teachers: the culture and politics of work* [M. Lawn & G. Grace, eds.]. London: Falmer Press.
- PUSEY, M. (1991). *Economic Rationalism - A nation building state changes its mind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SMITH, Anthony (1991). *National Identity*. Harmondsworth: Penguin.

Correspondência

Martin Lawn, Universidade de Birmingham, Birmingham, Reino Unido.
E-mail: m.a.lawn@bham.ac.uk

Artigo publicado originalmente em Nóvoa, António e Schriewer, Jürgen (orgs.) (2000).
A difusão mundial da escola. Lisboa: Educa.
Texto publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização do autor.
